



CÂMARA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS
RUA MAJOR JOSÉ BENÍCIO, 39 - CENTRO - MINAS NOVAS/MG
CEP: 39.650-000 - TELEFONES: (33) 3764-1216
WHATSAPP: ((33) 3764-1216
camaraminasnovas@gmail.com
<https://www.minasnovas.mg.leg.br>

PROJETO DE LEI Nº 48 DE 22 DE MAIO DE 2025.

Reserva às pessoas pretas, pardas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Minas Novas

A Câmara Municipal de Minas Novas, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Casa, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DA PERCEPÇÃO DE DIÁRIAS**

Art. 1º - É reservado às pessoas pretas, pardas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas:

I - nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública municipal.

II - nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, para os órgãos da administração pública municipal.

§ 1º Ato do Poder Executivo e Poder Legislativo regulamentará as vagas reservadas à pessoas pardas, negras e quilomobolas previstas no caput;

§ 2º O percentual será aplicado sobre o total de vagas previstas no edital, inclusive sobre as que surgirem durante a validade do certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS
RUA MAJOR JOSÉ BENÍCIO, 39 - CENTRO - MINAS NOVAS/MG
CEP: 39.650-000 - TELEFONES: (33) 3764-1216
WHATSAPP: ((33) 3764-1216
camaraminasnovas@gmail.com
<https://www.minasnovas.mg.leg.br>

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

I – pessoa preta ou parda: aquela que se autodeclarar preta ou parda, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos termos do disposto no inciso IV do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), na forma do regulamento;

III – pessoa quilombola: aquela pertencente a grupo étnico-racial, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais

Art. 3º - Os editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados estabelecerão procedimento de confirmação complementar à autodeclaração das pessoas pretas, pardas e quilombolas, nos termos do disposto em regulamento.

§ 1º Serão submetidas ao procedimento de confirmação da autodeclaração todas as pessoas habilitadas no certame que optarem por concorrer às vagas reservadas a pessoas pretas, pardas e quilombolas.

§ 2º Na hipótese de indeferimento da autodeclaração no procedimento de confirmação, as pessoas poderão prosseguir no concurso público ou no processo seletivo simplificado pela ampla concorrência, desde que possuam, em cada fase anterior do certame, conceito ou pontuação suficiente para as fases seguintes.

Art. 4º Na hipótese de indícios ou denúncias de fraude ou má-fé na autodeclaração, o órgão ou a entidade responsável pelo concurso público ou pelo processo seletivo simplificado instaurará procedimento administrativo para averiguação dos fatos, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º Na hipótese de o procedimento administrativo de que trata o caput concluir pela ocorrência de fraude ou má-fé, o candidato:

I – será eliminado do concurso público ou do processo seletivo



CÂMARA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS
RUA MAJOR JOSÉ BENÍCIO, 39 - CENTRO - MINAS NOVAS/MG
CEP: 39.650-000 - TELEFONES: (33) 3764-1216
WHATSAPP: ((33) 3764-1216
camaraminasnovas@gmail.com
<https://www.minasnovas.mg.leg.br>

simplificado, caso o certame ainda esteja em andamento; ou

II – terá anulada a sua admissão ao cargo ou ao emprego público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso já tenha sido nomeado.

§ 2º Nas hipóteses previstas no § 1º, o resultado do procedimento será encaminhado:

I- ao Ministério Público, para apuração de eventual ocorrência de ilícito penal;

II- ao setor Jurídico do órgão ou entidade responsável, para possível ação de ressarcimento;

Art. 5º A reserva de vagas de que trata o art. 1º será aplicada sempre que o número de vagas oferecido no concurso público ou no processo seletivo simplificado for igual ou superior a 2 (dois).

§ 1º Serão previstas em regulamento medidas específicas para evitar o fracionamento de vagas em mais de 1 (um) certame que acarrete prejuízo à reserva de vagas de que trata esta Lei.

§ 2º Na hipótese de quantitativo fracionado para as vagas reservadas a pessoas pretas, pardas e quilombolas, o número será:

I – aumentado para o primeiro inteiro subsequente, na hipótese de fração igual ou maior do que 0,5 (cinco décimos); ou

II – diminuído para o inteiro imediatamente inferior, na hipótese de fração menor do que 0,5 (cinco décimos).

§ 3º Nos concursos públicos e nos processos seletivos simplificados em que o número de vagas seja inferior a 2 (dois), ou em que haja apenas cadastro de reserva, as pessoas que se enquadrarem nos requisitos previstos no art. 2º poderão se



CÂMARA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS
RUA MAJOR JOSÉ BENÍCIO, 39 - CENTRO - MINAS NOVAS/MG
CEP: 39.650-000 - TELEFONES: (33) 3764-1216
WHATSAPP: ((33) 3764-1216
camaraminasnovas@gmail.com
<https://www.minasnovas.mg.leg.br>

inscrever por meio de reserva de vagas para candidatos pretos, pardos e quilombolas.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, caso surjam novas vagas durante o prazo de validade do concurso público ou do processo seletivo simplificado, serão observadas a reserva de vagas e a nomeação das pessoas pretas, pardas e quilombolas aprovadas, na forma prevista nesta Lei.

Art. 6º Os editais de abertura de concursos públicos e de processos seletivos simplificados garantirão a participação de pessoas pretas, pardas e quilombolas optantes pela reserva de vagas em todas as etapas do certame, sempre que atingida a nota ou a pontuação mínima exigida em cada fase, nos termos do disposto em regulamento.

Art. 7º As pessoas pretas, pardas e quilombolas optantes pela reserva de vagas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência.

§ 1º As pessoas pretas, pardas e quilombolas optantes pela reserva de vagas serão classificadas no resultado final do concurso ou do processo seletivo simplificado tanto nas vagas destinadas à ampla concorrência quanto nas vagas reservadas.

§ 2º As pessoas pretas, pardas e quilombolas optantes pela reserva de vagas aprovadas e nomeadas dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computadas para efeito de preenchimento das vagas reservadas.

§ 3º Em caso de não preenchimento de vaga reservada no certame, a vaga não preenchida será ocupada pela pessoa preta, parda ou quilombola aprovada na posição imediatamente subsequente na lista de reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

Art. 8º Na hipótese de número insuficiente de pessoas pretas, pardas e quilombolas para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas no mesmo certame para a ampla concorrência, de acordo com a ordem de classificação.

Art. 9º A nomeação dos candidatos aprovados e classificados observará



CÂMARA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS
RUA MAJOR JOSÉ BENÍCIO, 39 - CENTRO - MINAS NOVAS/MG
CEP: 39.650-000 - TELEFONES: (33) 3764-1216
WHATSAPP: ((33) 3764-1216
camaraminasnovas@gmail.com
<https://www.minasnovas.mg.leg.br>

os critérios de alternância e proporcionalidade, considerada a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservado a pessoas pretas, pardas e quilombolas e a outros grupos, porventura, previstos na legislação.

§ 1º Na hipótese de todos os aprovados da ampla concorrência serem nomeados e remanescerem cargos vagos durante o prazo de validade do concurso público ou do processo seletivo simplificado, poderão ser nomeados os aprovados que ainda se encontrarem na lista da reserva de vagas, de acordo com a ordem de classificação.

§ 2º A ordem classificatória obtida a partir da aplicação dos critérios de alternância e proporcionalidade na nomeação das pessoas pretas, pardas e quilombolas aprovadas será utilizada durante a vida funcional do servidor em todas as hipóteses nas quais a classificação no concurso público seja critério de avaliação ou de desempate.

Art. 10. O disposto nesta Lei não se aplicará aos concursos públicos e aos processos seletivos simplificados cujos editais de abertura tenham sido publicados anteriormente à data de sua entrada em vigor.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Minas Novas, 22 de maio de 2025.

JOAO PAULO BARREIRO
Presidente Da Câmara Municipal de Minas Novas

SILVANO MARTINS DOS SANTOS
Vice-Presidente

JUVENIL BORGES GOMES
Secretário



CÂMARA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS
RUA MAJOR JOSÉ BENÍCIO, 39 - CENTRO - MINAS NOVAS/MG
CEP: 39.650-000 - TELEFONES: (33) 3764-1216
WHATSAPP: ((33) 3764-1216
camaraminasnovas@gmail.com
<https://www.minasnovas.mg.leg.br>

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva reservar às pessoas pretas, pardas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargo efetivo, assim como em processo seletivo para atender necessidade temporária no âmbito da administração pública direta e indireta do município de Minas Novas/MG.

Trata-se de ação afirmativa que visa a mitigação da discriminação no acesso a cargos públicos sofrida por negros, fruto de um racismo estrutural presente em toda sociedade e, especialmente, no município de Minas Novas, cujo território possui inúmeras comunidades quilombolas e a população que se declara negra (pretos e pardas) é substancialmente maior do que outras identidades étnicas.

A proposição também está integralmente consubstanciada no Projeto de Lei nº 1958, de 2021, da autoria do Senador Paulo Paim (PT-RS), que está em fase final de tramitação no Congresso Nacional para aprimorar e revogar a atual legislação de cotas para negros vigentes no país (Lei 12.990/2014).

Dessa feita, a presente proposição tem por escopo justamente replicar a política de cota racial a ser adotada pela União também no âmbito da administração pública municipal, respeitando a história e perfil socio- demográfico da população local.

Nesse cenário, submete-se a apreciação dessa Casa Legislativa a presente proposição, para que o cidadão negro, pardo e quilombola, presente fortemente no município de Minas Novas, exerça também seu legítimo direito de acesso aos cargos públicos, dentro de uma política afirmativa sólida e eficaz.